



OCEANIA/PAPUA NOVA GUINÉ – Os Bispos ao Primeiro-Ministro: combate à corrupção e mais colaboração entre a Igreja e o Estado

Madang (Agência Fides) – A Igreja e o Estado são chamados a trabalhar juntos pelo bem comum: é esta a abordagem dos Bispos da Papua Nova Guiné que ontem, durante a sua Assembleia Plenária em andamento em Madang, encontraram o Primeiro- Ministro Peter O’Neill. Como informado à Fides pela assessoria de imprensa dos Bispos, o Arcebispo de Port Moresby e Presidente da Conferência Episcopal, John Ribat, dirigiu um discurso ao Primeiro- Ministro, assinalando os desafios mais urgentes: combate à corrupção, abolição da pena de morte, salvaguarda do ambiente, mais colaboração entre a Igreja e o Estado em campos como a instrução e a família. A mensagem dos Bispos, enviada à Agência Fides, chama a atenção para o problema da corrupção, definida “sistemática e endêmica nos escritórios governamentais” e elogia a criação de uma “Comissão Independente contra a corrupção”. Os Bispos expressam preocupação também com os “problemas de infraestruturas e serviços em áreas remotas e junto aos pobres e marginalizados”, recordando que tais populações vivem “na sensação de abandono”.

A Igreja – prossegue o texto – compartilha os esforços pela salvaguarda da lei e da ordem e para combater toda forma de violência na sociedade, mas apela a “uma conduta ética das forças da ordem” e reitera o desejo de “abolição da pena de morte no país”.

Oferecendo uma contribuição às questões sociais, a Igreja, explica a mensagem, é conduzida por “princípios evangélicos, primeiramente a dignidade fundamental das pessoas”. Disso, deriva o princípio do “bem comum” e do “desenvolvimento humano integral”, ou seja, agir para que “toda pessoa realize seu próprio potencial, um valor que temos em comum com a Constituição Nacional da Papua”. Nesta ótica, os Bispos auspiciam uma maior colaboração e uma “parceria frutuosa” entre Igreja e Estado nos âmbitos em que for possível: por exemplo, são úteis “as consultas sobre questões importantes sobre a política de instrução” ou a família. Pede-se ainda que “possa desempenhar os serviços de instrução e saúde em liberdade, sem ter que suportar, por exemplo, uma abordagem à questão da AIDS que contraste com os valores cristãos”.

Enfim, o texto cita os problemas “do impacto ambiental e social do desflorestamento intensivo”, dos projetos de exploração ou de áreas econômicas especiais, como a Zona industrial do Pacífico, que tiveram efeitos negativos sobre o ambiente marinho. A Igreja pede que o critério destes projetos seja o “desenvolvimento sustentável”. (PA) (Agência Fides 12/4/2013)